

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/vídeo



Esse brochinho dourado é de deputado?

Há um deputado no vídeo sobre impostos?

Aos 34 segundos do vídeo postado na semana passada pelo PT para dizer que a distribuição da carga tributária brasileira é injusta, aparece um homem grisalho, vestindo um terno azul. Ele usa na lapela um broche dourado muito semelhante àqueles que são usados pelos deputados federais. Como não é comum que outras categorias de privilegiados também os-

tentem broches dourados na lapela, a provocação parece clara, ainda que não explícita. Depois da derrota acachapante sofrida na semana passada na aprovação do decreto legislativo que derrubou o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que aumentava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), começou a se esboçar uma disputa entre os poderes.

Tom subiu

O vídeo atribuído ao PT foi compartilhado por ministros e outras autoridades. Inevavelmente, o tom das críticas subiu. Especialmente porque PT e governo avaliam que a estratégia está funcionando. Somente no Instagram do partido, o vídeo tem mais de 50 mil curtidas.

Novo vídeo

Um segundo vídeo foi postado na segunda-feira (30) e já tinha mais de 20 mil curtidas no Instagram do PT. No primeiro, onde aparece o suposto deputado, pessoas mais pobres carregam fardos maiores de impostos que os mais ricos, assinalando a injustiça tributária.

Reprodução/vídeo



"Mão do governo" tirando fardo dos impostos

Segundo vídeo aponta esforço do governo

O segundo vídeo, postado na segunda, mostra trabalhadores tentando sustentar um braço de uma balança no qual estão os fardos de impostos. Então, uma mão gigante vai retirando desse braço os fardos. Seria o esforço do governo para reduzir a carga tributária dos mais pobres. Em suas redes sociais, a ministra de Rela-

ções Institucionais, Gleisi Hoffmann, reforçou esse posicionamento, ao responder ao presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI). "É cobrar imposto de quem não paga, ou paga proporcionalmente pouquíssimo", escreveu Gleisi. "Só alcançaremos o verdadeiro equilíbrio, fiscal e social, com justiça tributária".

Disputa

Quem defende a intensificação da disputa avalia que a essa altura o descolamento do Centrão do governo Lula não irá mais reduzir. Com o cálculo já em 2026, a tendência é o grupo mais se aproximar da oposição, o que obrigaria o governo a demarcar suas diferenças.

Haully

Um desses projetos que fica parado por essa falta de acordo é a reforma tributária. O segundo projeto de regulamentação travou completamente. E o principal padrinho da reforma, Luiz Carlos Haully (Podemos-PR), não esconde sua irritação com isso.

Ponderação

Quem pondera alerta que isso poderá levar a uma total paralisação do governo daqui até as eleições do ano que vem. O grau de irritação do Congresso aumenta, a possibilidade de negociação diminui, e nada anda mais. O que pode acabar desgastando a imagem do governo.

Propaganda

"Não é propaganda que vai reduzir imposto", reagiu Haully. "O vídeo é meio fake", provoca. "Porque se centra numa medida pontual como se fosse uma solução definitiva para resolver o problema estrutural da injustiça tributária". Para ele, a solução é a reforma.

Moraes assume relatoria de ação do Psol sobre IOF

Governo Lula ainda avalia a possibilidade de também ingressar

Por Karoline Cavalcante

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, foi escolhido nesta segunda-feira (30) como relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), que questiona o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que derrubou a proposta da equipe econômica para compensar o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Inicialmente, o caso foi entregue ao ministro Gilmar Mendes, mas o decano sugeriu que Moraes, que já tratava de questões semelhantes, assumisse a relatoria. O presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, acatou a recomendação e determinou a redistribuição.

A ação da sigla questiona a decisão do Legislativo de suspender a proposta por meio dessa forma. O Psol argumenta que tal ato violou os limites estabelecidos pelo artigo na Constituição Federal, uma vez que o poder Executivo tem poder para alterar alíquota de impostos. Além disso, cita que o STF já se manifestou sobre a inconstitucionalidade de decretos legislativos semelhantes.

Enquanto isso, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), está em processo de avaliação sobre a possibilidade de acionar a Suprema Corte em relação à constitucionalidade do PDL.

À reportagem, o cientista político Isaac Jordão comen-



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Lula e Haddad voltaram a reforçar o discurso da "justiça tributária"

tou que a atual gestão pode, de fato, decidir ingressar com uma ação própria para liderar o debate jurídico ou optar por deixar o Psol seguir com a condução do processo, a fim de reduzir os impactos políticos dessa disputa.

"Justiça social"

Em meio às tensões entre os poderes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta segunda-feira (30) que o governo continuará sua agenda de "justiça social", independentemente das pressões.

"Vamos continuar fazendo justiça social. Pode gritar, pode falar, vai chegar o momento de debate, mas temos que continuar fazendo justiça social e não podemos nos intimidar", declarou o chefe da pasta du-

rante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026, em Brasília.

No mesmo evento, o representante da equipe econômica aproveitou para criticar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), classificando o ato realizado no domingo (28) na Avenida Paulista como um "fracasso". Haddad também se posicionou em defesa do presidente da República, rebatendo as críticas feitas por Bolsonaro.

"Eu não posso deixar de mencionar o ataque que o senhor sofreu do seu antecessor nas redes sociais, que talvez tenha acordado chateado pelo fracasso do evento na Paulista e resolveu lhe atacar", disse o ministro, dirigindo-se ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o evento.

Popularidade

Lula, por sua vez, aproveitou o evento para reforçar que o caminho para um país mais justo começa "pela tributação e depois pela repartição".

"É por isso que estamos isentando o imposto de renda até R\$ 5 mil e trabalhando para que o gás chegue mais barato à casa das pessoas", afirmou o petista.

Conforme antecipado pelo Correio da Manhã, essa fala faz parte de uma estratégia do governo para explorar politicamente a situação e aliviar a crise de popularidade. A tática envolve sugerir que o Legislativo estaria defendendo os interesses dos mais ricos, ao impedir pausas como o aumento da isenção do Imposto de Renda e o fim da escala seis por um.

Cúpula da Câmara reage ao discurso de ricos contra pobres

Lula Marques/Agência Brasil

A cúpula da Câmara dos Deputados se incomodou com o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de integrantes do governo que classifica o Congresso como defensor dos ricos, enquanto o governo petista estaria a favor dos mais pobres, e passou a cobrar uma pacificação, com o alerta de que o "pacote eleitoral" prometido para 2026 depende do Legislativo.

Lula pretende melhorar sua popularidade e chegar com mais força para a reeleição sustentado por um pacote de ações, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a ampliação do auxílio-gás e da gratuidade da conta de luz para mais famílias, além do fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Esses projetos todos estão no Congresso, com maior ou menor grau de dificuldade. Deputados aliados ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), dizem que um atrito maior com os parlamentares poderá comprometer o clima para votar essas medidas.

Imposto de Renda

O relatório do projeto de lei do Imposto de Renda, por exemplo, já teve a apresentação adiada pelo relator, deputado Arthur Lira (PP-AL), e agora não tem data definida para divulgação. Há um impasse sobre a forma de bancar a proposta. O governo defende criar um imposto mínimo sobre rendas acima de R\$ 50



Motta reagiu ao clima de confronto entre poderes

mil mensais, mas parte do Congresso é contra.

O adiamento ocorreu após a Câmara e o Senado derrubarem na quarta-feira (25) o decreto que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para elevar a arrecadação. O Executivo avalia agora se recorre ao Judiciário para manter o aumento do imposto ou se promove novos cortes em investimentos, verbas dos ministérios e emendas parlamentares.

"País justo"

Mas, paralelamente a isso, Lula adotou a estratégia de acusar o Congresso de estar ao lado dos mais ricos, enquanto o governo busca beneficiar os mais pobres. Nesta segunda

(30), em ato no Palácio do Planalto, o presidente citou o pacote de medidas e afirmou que quer "fazer com que esse país se transforme num país justo".

As falas ocorreram após Motta gravar um vídeo para rebater as críticas e afirmar que "quem alimenta o nós contra eles acaba governando contra todos". Ele ainda disse que "a polarização política tem cansado muita gente, agora querem criar a polarização social".

CPMI

Nos bastidores, dois aliados de Motta defendem que o confronto com o Congresso deve ser evitado porque o governo também precisará contar com o presidente da Câmara e com sua base para controlar os tra-

balhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos desvios no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Outro assunto que os ataques podem enterrar de vez, segundo esses deputados, é a medida provisória que aumenta impostos sobre bets, fintechs e investimentos hoje isentos.

Parte dos aliados de Motta afirma, porém, que essa proposta já enfrenta muita resistência no Congresso e que os ataques mudam pouco o clima de rejeição.

Diálogo

Motta procurou aliados desde o fim de semana para combinar uma estratégia conjunta em defesa do Legislativo e enviar emissários ao governo em busca de desmobilizar a pressão contra o Congresso nas redes sociais.

Líder do União Brasil na Câmara, o deputado Pedro Lucas (MA) afirma que o "diálogo é a melhor forma de solucionar os problemas" e que o embate é ruim para os dois lados.

"Não sinto que o presidente Hugo quer esticar a corda. Sinto que ele quer sentar, mas com responsabilidade e com honestidade para discutir o problema das despesas", diz.

Já governistas dizem que não buscaram o embate e que a resposta do PT e do Executivo é uma reação natural à resistência do Legislativo às pautas.

Raphael Di Cunto e Victoria Azevedo (Folhapress)